



ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2019.-----

No dia 14 de junho de 2019, às 10:30 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral e presidente do Conselho Superior, Luciana Leão Lara Luce, Subdefensora Pública-Geral, Flávio Nelson Dabés Leão, Corregedor-Geral, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez, Felipe Augusto Cardoso Soledade e Richarles Caetano Rios. Ausente justificadamente a conselheira Fernanda de Sousa Saraiva. Presente ainda o presidente da Adep, Fernando Campelo Martelleto.-----

Havendo *quorum* regimental, o dr. Gério declarou a aberta a sessão.-----

Não houve inscritos ao momento aberto.-----

O dr. Gério justificou a ausência da conselheira Fernanda Saraiva, com a qual todos concordaram.-----

Em seguida, passou-se ao item 3, da pauta, a apresentação de exposição sobre a primeira fase do VIII concurso, requerimento do conselheiro Marco Túlio Frutuoso Xavier.-----

Dada a palavra ao assessor e integrante da comissão do concurso, João Paulo Torres Dias, o mesmo cumprimentou todos os presentes; disse que o concurso teve a primeira fase no dia 26.5.19, com cerca de 10.700 candidatos presentes e com taxa de presença de 83% e 17% de ausência; disse que geralmente a ausência é da ordem de 25% e isto demonstra o nosso crescimento institucional, sendo a Defensoria hoje mais atrativa; disse que foram 101 salas destinadas aos candidatos e que ontem foi publicada a sessão pública de julgamento dos recursos quanto ao mérito, que será aqui no Conselho Superior, na terça-feira, dia 18, a partir das 11:00 h; disse que são dois mil recursos aproximadamente da prova objetiva e que tal prova tem sido elogiada, a organização, também, pelos candidatos em geral; que é um feedback positivo; que as provas foram confeccionadas por defensores, sendo provas boas, qualificadas, que retratam a realidade da atuação do defensor público; disse que pessoas relataram que a prova não deixou a desejar, até porque muitos não lograram êxito na primeira fase e estão em fases avançadas em outros concursos e isto quer dizer que a Instituição promoverá o ingresso de excelentes profissionais; disse que o cronograma está sendo observado e a comissão está trabalhando para fazer o concurso da forma mais segura possível e da forma mais rápida, mas com segurança, sendo que o concurso é a faceta da credibilidade da Instituição.-----

O presidente da Adep, Fernando Martelleto indagou se assim que realizada a sessão pública de julgamento será publicada a lista de aprovados, tendo o João Paulo dito que a Fundep fará a consolidação desse resultado.-----

Quanto ao item 4, o procedimento nº 023 de 2019, formação de lista triplíce para a escolha do novo membro do Núcleo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, em substituição a membro atual, foi dada a palavra ao conselheiro Heitor Baldez.-----

[Handwritten signatures and initials]

O conselheiro Heitor Baldez cumprimentou todos os presentes; disse que são duas candidatas e que teve contato prévio com o curriculum das duas; disse que se informou sobre a atuação das duas e que as referências foram as melhores possíveis, motivo pelo qual votava nas defensoras Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues, madep 0930 e Andressa Vidal Matias, madep 0933, sendo seguido pelo conselheiro Felipe Soledade.-----

O conselheiro Richarles Caetano Rios sugeriu que a Resolução já seja publicada na segunda-feira, pois o Núcleo estará desfalcado, sendo que a demanda é grande e temos 90 dias de gargalo de espera; disse que os novos requerimentos de mesa estão agendados para 10 de setembro; sugeriu à presidência que ainda fosse enviado o ato para publicação hoje.-----

O dr. Gério disse que a decisão tem que passar pela comarca, pois temos que ouvir o coordenador; disse que as colegas têm processos em andamento, que tem a questão do trânsito; disse que em Teófilo Otoni não tem cooperador e que a celeridade será observada.-----

O conselheiro Richarles disse que como a semana que vem é curta, sugeria a publicação amanhã, na medida do possível; disse que duas semanas com 2 defensores em Brumadinho é um problema e que se fosse o trânsito na semana que vem, o prejuízo seria menor.-----

A dra. Luciana Lara cumprimentou todos os presentes; parabenizou o conselheiro Richarles por sua atuação perante o Núcleo; disse que ele tem todo o nosso reconhecimento, e perante os órgãos da Administração Superior; disse que o conselheiro Richarles engrandeceu muito os trabalhos realizados pelo Núcleo; disse que por questões pessoais não ele não pode permanecer, mas o trabalho ficará na história; disse que teve a oportunidade de avaliar os curriculum e por ordem alfabética indicava as dras. Andressa e Lígia.-----

O dr. Flávio cumprimentou todos os presentes; disse que teve a oportunidade de ler o currículo das duas e que ficou impressionado, motivo pelo qual votava nas duas defensoras, Andressa e Lígia.-----

O conselheiro Marco Túlio cumprimentou todos os presentes e também indicou as defensoras Andressa e Lígia, sendo seguido pelo conselheiro Galeno.-----

Assim, à unanimidade, foram escolhidas para integrar a lista para a escolha do novo integrante do Núcleo de Proteção aos Vulneráveis as defensoras Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues, madep 0930 e Andressa Vidal Matias, madep 0933.-----

Quanto ao procedimento nº 018 de 2019, item 5, da pauta, proposta de alteração da Deliberação nº 011/09, foi dada a palavra à conselheira relatora, Luciana Leão Lara Luce, para manifestação, tendo a mesma dito que apresentava a proposta para início dos debates e sugestões.-----

O conselheiro Richarles pediu a palavra para fazer uma ponderação, dizendo que tem sugestões a fazer e que não teve tempo de as consolidar; sugerindo a inversão da pauta por esse motivo, com o que todos concordaram.-----

Relativamente ao item 7, o procedimento nº 017 de 2019, proposta de alteração da Deliberação nº 025 de 2015, que fixa ~~parâmetros de atendimento pela~~



Defensoria Pública e relativos a interesses individuais, foi dada a palavra ao conselheiro Heitor Baldez, autor e relator, que disse que apresentou a minuta de Deliberação para análise artigo por artigo.-----

O presidente da Adep, Fernando Martelleto, disse que participou ativamente da confecção da Deliberação nº 025 de 2015; disse que ela foi construída com muito sacrifício, com muita dificuldade, muito debate; que não foi simples chegar nesse consenso, sendo que, inclusive, o ponto de mais debate foi exatamente definir qual a atuação da Defensoria na seara penal, e citando o art. 3º, dessa Deliberação; disse que a medida que formos debatendo ele pode dar a sua contribuição naquilo que for cabível e fez um encaminhamento: eu gostaria que o conselheiro Heitor fizesse uma introdução de qual foi a demanda que chegou para que se propusesse a alteração dessa Deliberação.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que há cerca de 10 anos havia essa preocupação de que se enxergasse a Defensoria não só sob o ângulo financeiro; disse que havia outras categorias que desafiavam isso; que era um momento de expansão da Defensoria Pública; disse que essa Deliberação sofreu esse influxo; discorreu sobre públicos que seriam hipossuficientes independentemente da situação financeira; disse que foi um avanço, mas esse avanço trouxe uma consequência muito ruim, nas áreas do consumidor, direito imobiliário, patrimoniais; disse que isso trouxe a classe média com poder aquisitivo, que vislumbrou os bons profissionais nessas áreas a custo zero e que começamos a receber um público estranho que não fazia parte e isso sobrecarregou o nosso serviço e trouxe pessoas de perfil e demandas difíceis: devedores habituais, que não faziam parte do nosso público; que isso sobrecarregou o cível, tencionou o atendimento; disse que o relacionamento do defensor cível com o assistido complicou muito por conta da mudança do perfil; disse ter considerações a fazer; disse que o ônus da prova da negativa de atendimento tem que ser do assistido e isso não pode recair sobre o defensor pois é uma prova draconiana; citou o caso de Brumadinho que promoveu uma mudança de paradigma; disse que não podemos pensar só no fato da pessoa não poder pagar advogado; disse que é preciso que tenhamos esse compromisso: o nosso defensor precisa ser mais bem cuidado, pois ele está muito exposto, muito fragilizado em relação ao assistido que não poupa detalhes éticos para constranger o colega a atuar; disse que temos que blindar o nosso colega para evitar que ele seja exposto a grosserias, a agressões; citou casos de colegas agredidos por serem negarem a fazer os atendimentos; disse que temos que ter esse olhar diferenciado, que temos que dar ao defensor um tratamento de mais carinho e evitar que ele se exponha a tais agressões.-----

O conselheiro Richarles disse que, um pouco na esteira do que disse o conselheiro Felipe, *“nós do Núcleo de Vulneráveis fizemos uma consulta, pois muitos que nos procuram não entram nos critérios; a mudança reforça a discussão mais importante: quais as prioridades que vamos atender; a Defensoria não tem pernas para atender todo mundo e sem possibilidade de expansão; precisamos eleger áreas e grupos; a Deliberação na redação original*

[Handwritten signature and initials]

fala de grupos vulneráveis mas não os define; de fato, se vamos eleger prioridades vamos fazer por matéria e por grupo; há vulneráveis por lei, infância, idoso, deficiente, mulher em situação de violência e execução penal, mas podemos eleger outros grupos que necessitam de nosso atendimento; se assim fizermos teremos um trabalho muito mais eficiente e importante socialmente do que esse pinga-pinga do cível hoje; o cível tem que mudar o seu perfil; aqui em BH estamos com distorção; é muito melhor ter defensor atuando em áreas estratégicas do que ter todo mundo atendendo tudo; vou pedir vista do procedimento”, finalizou.-----

A dra. Luciana sugeriu vista coletiva, com a qual todas concordaram, mas sugerindo que antes seja colhida a manifestação do conselheiro Heitor Baldez.----

O conselheiro Heitor Baldez disse que esse debate surgiu no curso de uma sessão do Conselho Superior e fez um resgate histórico, fez uma exposição de motivos; disse que são sete artigos sendo alterados e três sendo criados.-----

O conselheiro Felipe discorreu sobre a preocupação com a invasão de campo da OAB; disse que temos que reconhecer onde é que a gente se faz indispensável; que temos que evitar conflitos institucionais desnecessários.-----

O conselheiro Flávio disse que 4 salários mínimos é uma boa renda.-----

O conselheiro Heitor disse que a proposta são 3 salários mínimos de renda individual e 4 para renda familiar, com norma que geraria um teto limite.-----

O presidente da Adep, Fernando Martelleto discorreu sobre o critério do IDH.----

O conselheiro Heitor, citando como outro ponto delicado, disse que na DPU, dentro da hipossuficiência técnica, o que ocorre no criminal, pode ser pedido honorário de sucumbência.-----

O presidente da Adep, Fernando Martelleto disse que está na Deliberação e para salvaguardar a nossa atuação defensorial é que sejamos rigorosos e que tenhamos um mecanismo de alívio de pressão.-----

O conselheiro Heitor Baldez fez encaminhamento de vista coletiva, sugerindo o retorno à próxima sessão com as sugestões para análise artigo por artigo.-----

Ficou definido o envio da minuta aos coordenadores para análise e sugestões, caso queiram.-----

Intervalo de 12:05 às 14:05 h.-----

Quanto ao item 9, o procedimento nº 009 de 2016, tendo como requerente Sandra Maria de Barros e que trata de pedido de instauração de incidente de averiguação de saúde mental, foi dada a palavra ao conselheiro Marco Túlio Frutuoso, relator, para manifestação.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que, considerando o reconhecimento da prescrição pela pena em perspectiva, ocorreu a perda do objeto do presente procedimento, motivo pelo qual sugeria o seu arquivamento, com o que todos concordaram.-----

Quanto ao item 10, o procedimento nº 025 de 2019, proposta de consolidação das Deliberações relativas ao Regimento Interno do Conselho Superior, foi dada a palavra ao conselheiro Galeno Siqueira, proponente e relator, tendo o mesmo dito que enviaria o procedimento à pauta virtual, com o que todos concordaram.-----



Relativamente ao item 6, a análise dos procedimentos nºs 014 e 024 de 2019, proposta de criação do Núcleo Estratégico de atuação no plenário do Júri e Execução Penal, o conselheiro Marco Túlio discorreu sobre o procedimento do grupo temático do Tribunal do Júri e disse que debateu com a dra. Luciana a proposta.-----

A dra. Luciana discorreu sobre esta proposta; disse que chegaram à conclusão que é viável a criação de um Núcleo Estratégico voltado para as demandas relativas ao Tribunal do Júri; disse que a lei prevê Núcleos e Defensorias Especializadas; disse que solicitou ao conselheiro Marco Túlio que fizessemos levantamentos de dados estatísticos e quantitativo de júris realizados no Estado de Minas, para saber de quantos defensores precisaremos; disse que o coordenador Fernando Camargos ficou de consultar o Tribunal de Justiça e que nesse meio tempo verificamos apontamentos importantes; discorreu sobre projetos institucionais voltados ao feminicídio e que até a próxima sessão conseguiremos terminar essa proposta.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que seria então um Núcleo temático.-----

O conselheiro Richarles, sobre a questão dos Núcleos, citou o Núcleo itinerante do Paraná; disse que seria um pouco do que o conselheiro Marco Túlio pensou para o Júri; disse que os promotores rodam o Estado assessorando, apoiando os promotores locais; disse que é uma estrutura dinâmica e que temos que pensar bem na questão do Núcleo, tanto o de Vulneráveis como o de Brasília, ponderar e fazer a crítica da experiência; disse que no de Vulneráveis não tem uma adesão significativa e falou do baixo número de candidatos; disse que temos que refletir o que pode ser feito para tornar o Núcleo mais atrativo e que talvez o Núcleo não fosse por afastamento, mas uma forma de cooperação e que no caso do júri isso pode ser interessante, isso resolve outro problema, não se tira a pessoa da sua atribuição original; disse que no de Brasília também temos que fazer uma reflexão e que no caso da execução penal se trabalha à distância, via SEEU, que precisamos aperfeiçoar e aprimorar.-----

A dra. Luciana disse que a prática é muito importante para que possamos aperfeiçoar; que há previsão do defensor colaborador; que a pontuação do conselheiro Richarles é importante pois baseada na prática; disse que no mais tardar na próxima sessão já é possível colocar em pauta as normas gerais; disse que é importante ter um diagnóstico para se saber se afasta ou não o defensor.----

O conselheiro Flávio Dabés disse que gostou da proposta apresentada pelo conselheiro Marco Túlio de defensores fixos e voluntários.-----

A dra. Luciana disse que o gabinete irá fazer esse levantamento e tão logo esses dados estejam prontos partiremos para a minuta de Deliberação.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que o coordenador Fernando Camargos já fez o requerimento ao Tribunal de Justiça de quantos júris foram realizados por comarca entre 2017 e 2018.-----

A dra. Luciana disse que encaminhou a proposta do Núcleo da Estratégico da Execução Penal, proposta contemplada no Planejamento Estratégico e no PGA e citou tópicos correspondentes e falou da importância da iniciativa.-----

5
M
Fm
du

O coordenador Fernando Camargos e a assessora Emília Alcaraz fizeram uma apresentação via "powerpoint" da proposta.-----

Emília Alcaraz disse que apresentava um diagnóstico do sistema prisional do Estado para ciência do atual contexto e apontou alguns dados que levaram à conclusão que a Defensoria poderia e conseguiria avançar com a implantação de um Núcleo de Execução Penal.-----

O coordenador Fernando Camargos cumprimentou todos os presentes e falou da satisfação em estar novamente perante o Conselho Superior e fez a apresentação do diagnóstico da situação prisional do Estado; disse que faria breves apontamentos sobre o projeto; disse que o grande facilitador é o SEEU; discorreu sobre a situação do sistema prisional do Estado, falou de parcerias, projetos; disse que a SAP está instalando em todas as unidades sistemas de videoconferência e isto vai possibilitar que o defensor da sede do Núcleo possa atender o preso na unidade em que ele está; citou caso de Montes Claros; disse que a evolução tecnológica hoje facilita a participação no projeto.-----

Emília Alcaraz disse que Minas Gerais é o segundo Estado que mais encarcera e são quase 80 mil presos; disse que a última gestão do poder executivo deu cumprimento a uma ação para que todas as cadeias fossem incorporadas à SAP; disse que não temos em Minas Gerais unidades sob a responsabilidade da polícia civil; disse que temos 199 unidades prisionais em Minas Gerais, sem considerar as APACS; que das 199 unidades, estão interditadas quase metade, ou seja, 84; disse que a proposta é de criação do Núcleo com até 5 defensores, e provimento de forma progressiva, iniciando-se pelo SEEU, pela execução dos processos e também com relação às comarcas; disse que seriam 6 estagiários de pós-graduação, 10 estagiários em direito, 1 de assistência social e 1 de psicologia.-----

O coordenador Fernando disse que a ideia do desenvolvimento e execução do projeto é fazer uma coisa gradual.-----

Em seguida, foram feitas sugestões e alterações na minuta, sendo a última versão apresentada pela coordenadora Emília Alcaraz, e aprovada à unanimidade.-----

Quanto ao item 8, o procedimento nº 020 de 2018, proposta de normatização das audiências de custódia no âmbito da Defensoria, foi dada a palavra ao proponente e relator, Felipe Soledade, tendo o mesmo dito que é um assunto que já está no Conselho Superior há algum tempo e que tínhamos Deliberado de levar a uma audiência pública e colher as considerações dos colegas; disse que com a chegada das audiências de custódia no interior, o assunto vai ganhar um tom ainda mais dramático; disse que pelo menos a data para retomarmos a discussão deve ser definida e que é preciso fazermos novos encaminhamentos da matéria, especialmente a designação da dita audiência pública.-----

Assim, definiu-se pela realização de audiência pública no dia 08.8.19, a partir das 09:30 h, presencialmente em Belo Horizonte e também por videoconferência, onde possível, ficando para ser definido apenas o formato.-----

Por sugestão do conselheiro Galeno, também ficou definido pela expedição de ofício ao coordenador criminal da Capital para que informe sobre a situação atual das audiências de custódia no Estado.-----

Em seguida, a dra. Luciana fez a leitura de e-mail de desistência das defensoras Andressa e Lígia, anteriormente escolhidas para integrar lista para o Núcleo de Vulneráveis; a dra. Luciana sugeriu a aplicação por analogia do disposto no art. 9º, § 1º, da Deliberação nº 013 de 2017 e que diante da urgência sugeriria a aplicação por analogia do disposto neste artigo, em razão da desistência formal das candidatas inscritas, com o que todos concordaram.-----

Quanto ao item 5, o procedimento nº 018 de 2019, proposta de alteração da Deliberação nº 011 de 2009, foi dada a palavra à conselheira Luciana Lara, relatora, que assim se manifestou: *“Senhor presidente, demais conselheiros, presidente da Adep e servidores presentes: na sessão passada apresentamos minuta de Deliberação para análise e nós ficamos de debater em cima dessa proposta inicial as sugestões de alterações, as críticas, para que possamos extrair uma minuta a ser encaminhada à classe”*.-----

O conselheiro Heitor Baldez sugeriu vista conjunta; disse que a proposta tem uma profundidade imensa por causa da alteração substancial que ela gera na Defensoria; disse que está trabalhando em algumas propostas de alteração na minuta e que pretende apresentar o mais breve possível; disse que vê grande possibilidade de aprovação da minuta, pois a ideia central é boa e que precisamos apenas verificar alguns detalhes.-----

O conselheiro Richarles disse que reiterava o pedido de vista; disse que *“farei alguns apontamentos na proposta; adianto que a proposta na essência é positiva, terá meu apoio, mas farei algumas sugestões de alteração; seria interessante fechar até julho”*.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que se eventualmente conseguirmos o consenso que seja até chamada uma extraordinária.-----

O conselheiro Flávio Dabés disse que é importante o compromisso pelo menos para termos uma projeção; disse que é possível aprovar as normas gerais e as alterações das comarcas de Lafaiete e Araguari, com prioridade definida.-----

O conselheiro Heitor Baldez disse que vai consolidar um texto e mandar para o email do Conselho Superior para que a gente debata e discuta antes e venha para a reunião com o conhecimento dela.-----

O conselheiro Richarles disse que de repente conseguimos fechar boa parte da redação e traz só o que não for consenso.-----

Resultado: todos concordaram com a vista coletiva e com o compromisso de retorno à próxima pauta.-----

O conselheiro Heitor Baldez pediu a palavra para se manifestar sobre o procedimento nº 037 de 2018, que trata de conflito de atribuições entre defensores da área de família da Capital; o conselheiro Heitor discorreu sobre a reunião com os dois grupos e disse que eles concordaram com a suspensão do procedimento até a última sessão de outubro, caso a Deliberação nº 011/09 não tenha sido finalizada; se finalizada, arquiva-se por falta de objeto; voltando a andar, reabre-se o prazo para contrarrazões da 15ª Defensoria das Famílias; disse que se manifestava pela suspensão do procedimento, mantido o efeito suspensivo concedido ao recurso, com o que todos concordaram.-----

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'M' and 'lu']

O dr. Gério discorreu sobre resultados positivos alcançados pelos defensores da 15ª Defensoria das Famílias na mediação e conciliação; disse que a atuação deles está dando outra cara à Instituição e isto vai refletir nas varas; disse que são índices iguais aos da Europa e que esta celeuma propiciou o surgimento desse novo trabalho e com resultados muito positivos, finalizou.-----

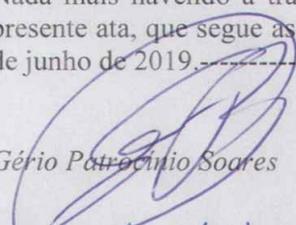
Nada foi tratada em comunicações da Administração Superior.-----

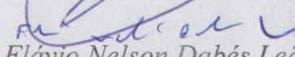
Em assuntos gerais, o presidente da Adep, Fernando Martelleto, disse que deixava registrado o trabalho feito ao longo dos dois meses em relação à reforma da previdência, *“em que trabalhamos as associações estaduais em torno de emendas à PEC e conseguimos que 10 emendas fossem apresentadas; dentre as 10 emendas, de acordo com o relatório do Samuel Moreira, nós conseguimos que 5 delas fossem acolhidas, algumas integralmente e outras parcialmente”*; disse que o relator da reforma deixou de fora a questão do BPC, aposentadoria rural, o modelo de capitalização, os Estados e Municípios ficaram de fora; disse que com relação as reformas que o Fonacate integram, as que foram contempladas foram integralmente a questão da capitalização, que era um modelo bastante duro em relação à aposentadoria, modelo que se mostrou inviável mundialmente, foi retirado; disse que as demais foram parcialmente; disse que a desconstitucionalização das regras também saiu, que causaria insegurança jurídica, e com isso preservou-se que a maior parte deveria permanecer na Constituição Federal; disse que as regras de transição e pedágio também houve um consenso de que há necessidade de se estabelecer quais regras; disse que vamos ter regras de transição e pedágio; que isso causava um descompasso e um desarrazoado tratamento entre os que ingressavam e os que estão prestes a alcançar a aposentadoria e citou exemplos; disse que consensualmente chegou-se à conclusão da necessidade de regras de transição e pedágio; que irregularidades e inconstitucionalidades foram contidas; que há muito o que se trabalhar e o debate se amplifica; disse que em paralelo a esse trabalho em Brasília, que consome a maior parte do nosso tempo, a questão do porte de arma para os defensores, a Anadep tem uma comissão, o que se estabeleceu lá é que dentre todos os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional o projeto que tem maior viabilidade de tramitar e ser sancionado é um projeto de lei de 2004, e que está bastante avançado no processo legislativo e que vislumbrou-se uma possibilidade, como uma prerrogativa aos membros da carreira; disse que na própria Anadep há divergências, mas é uma demanda da maior parte dos defensores no Brasil, não como uma necessidade própria de portar uma arma, mas como uma prerrogativa que qualifica a carreira da Defensoria, em questão de simetria e isonomia; disse que recebeu com orgulho a informação de que no âmbito do Conselho Superior no tratamento de todas estas questões que envolvem a carreira, a Deliberação nº 011/09, há um empenho por parte do gabinete, na pessoa do Defensor-Geral, para que a gente consiga evoluir também na questão orçamentária em relação à cooperação, substituição remunerada, que é o que mais vai resolver a nossa dificuldade maior de falta de

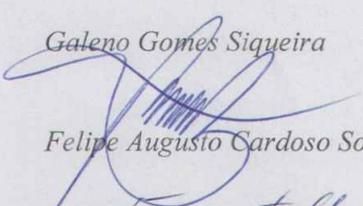
defensores; disse esperar que esteja resolvida em breve período de tempo essa questão.-----

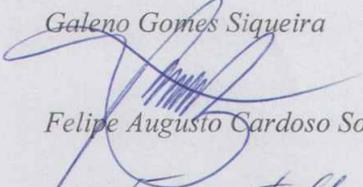
O dr. Gério informou que o superintendente de informática Adriano está em Palmas, TO, para avaliar a questão técnica do programa do voto eletrônico; disse que a Defensora-Geral Stella Maris iria avaliar a cessão do sistema, porque parece que o sistema veio do MP de lá e precisaria de um termo de cessão de lá; disse que o Adriano foi lá para avaliar a questão técnica e que semana que vem devemos ter um resultado; falou de termo de parceria com a Ouvidoria do Estado, que foi muito exitoso, sistema prisional e citou eventos em Bicas e em breve em Ribeirão das Neves, que abre um campo de atuação em todo o Estado; na saúde, na educação, tem vários gargalos que a gente pode extrair dessa parceria, finalizou.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 17:05 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 14 de junho de 2019.-----

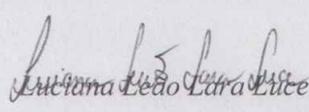

Gério Patrocínio Soares

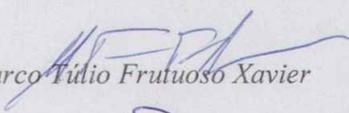

Flávio Nelson Dabés Leão

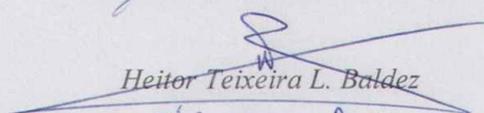

Galeno Gomes Siqueira

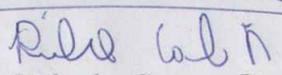

Felipe Augusto Cardoso Soledade


Fernando Campelo Martellito


Luciana Leão Lara Luce


Marco Túlio Frutuoso Xavier


Heitor Teixeira L. Baldez


Richarles Caetano Rios